



TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO

ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e cinco, às treze horas e cinco minutos, realizou-se a Primeira Sessão Ordinária do Egrégio Pleno do Tribunal Superior do Trabalho, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Ministro Vantuil Abdala, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, presentes os Excelentíssimos Senhores Ministros Ronaldo Lopes Leal, Vice-Presidente, Rider Nogueira de Brito, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, José Luciano de Castilho Pereira, Milton de Moura França, João Oreste Dalazen, Gelson de Azevedo, Carlos Alberto Reis de Paula, Antônio José de Barros Levenhagen, Ives Gandra Martins Filho, João Batista Brito Pereira, Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, José Simpliciano Fontes de Faria Fernandes, Renato de Lacerda Paiva, Emmanoel Pereira, Lelio Bentes Corrêa e Aloysio Corrêa da Veiga, a Excelentíssima Procuradora-Geral do Trabalho, Doutora Sandra Lia Simón, e o Diretor-Geral de Coordenação Judiciária, Bacharel Valério Augusto Freitas do Carmo. Havendo quorum, o Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente, Vantuil Abdala, declarou aberta a primeira sessão ordinária do Tribunal Pleno, destinada à abertura do primeiro semestre do ano judiciário de dois mil e cinco no TST, e saudou os presentes. Inicialmente, ressaltou Sua Excelência que o presente ano será particularmente importante para o Poder Judiciário, mormente para a Justiça do Trabalho. Referiu-se à abertura do ano judiciário, no Supremo Tribunal Federal, ocasião em que o Excelentíssimo Senhor Senador José Sarney, ao se pronunciar em nome do Congresso Nacional, ressaltou pontos importantes da Reforma do Judiciário, reportando-se à ampliação da competência da Justiça do Trabalho, como o fizera anteriormente o Excelentíssimo Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República. Recordou a manifestação do Excelentíssimo Senhor Ministro Nelson Jobim, que, em seu discurso, afirmou ser este o momento para a implementação das medidas para a implantação da Reforma do Judiciário. O Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente, Vantuil Abdala, asseverou que os membros do Poder Judiciário têm que se imbuir da sua enorme responsabilidade, porque a sociedade anseia saber como desenvolverão as etapas desse trabalho. Em seguida, passou a palavra ao Excelentíssimo Senhor Ministro Gelson de Azevedo, indicado para saudar o Excelentíssimo Senhor Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, que, nesta data, pela primeira vez, participava como integrante desta Corte, porquanto tomou posse em vinte e oito de dezembro último, no Gabinete da Presidência. Em sua saudação, Sua Excelência asseverou que o novo Ministro do TST é juiz de carreira, renomado professor universitário no Rio de Janeiro, exemplar chefe de família e colega e amigo solidário e muito afetuoso. Ressaltou que os seis anos de convívio com Sua Excelência, como Juiz convocado nesta Corte, evidenciaram que a ascensão de Sua Excelência à função política de Ministro se deu por mérito inexcelsível. Salientou que também se fez justiça ao Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro, que não tinha diretamente um representante na Casa de lá egresso. Congratulando-se com Sua Excelência e com o Regional da Primeira Região, augurou votos de feliz convívio com os demais membros do TST e de que Sua Excelência mantenha o excelente desempenho profissional que o trouxe até esta Corte. Em agradecimento à manifestação, o novo Ministro do TST disse da sua felicidade e honra em estar nesta Casa, destacou a enriquecedora convivência e experiência aqui obtida,



salientando sua disposição em servir. Recordou os cargos de sua carreira, que se iniciou como Juiz substituto no Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, Juiz titular, Juiz convocado no TST e, agora, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho. Dando prosseguimento à sessão, o Excelentíssimo Senhor Ministro Vantuil Abdala reportou-se a alguns relevantes acontecimentos ocorridos durante o período do recesso forense. Noticiou o acordo celebrado entre empregadores do Porto de Santos e o Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo, Sindicato dos Estivadores de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão e Sindicato dos Trabalhadores de Bloco dos Portos de Santos, São Vicente, Guarujá, Cubatão e São Sebastião, destacando sua importância, dada as conseqüências na economia do País. Ressaltou Sua Excelência que se trata de acontecimento que merece ser celebrado, uma vez que, em litígio há cinco anos, as partes não conseguiam chegar a uma composição em vários dissídios coletivos ajuizados. Registrou que as partes entregarão, oficialmente, à Presidência do Tribunal, cópia do acordo e o pedido de desistência dos dissídios coletivos. Salientou que durante o trâmite do processo houve o acompanhamento dos membros do Ministério Público, que deliberaram acerca da particularidade do feito. A seguir, Sua Excelência, referindo-se ao dissídio coletivo da Nuclebrás, salientou que, em segunda audiência, no dia vinte e sete de dezembro passado, sucedeu-se a composição. Registrou as audiências mantidas com os Excelentíssimos Senhores Senadores Romero Jucá, Relator Geral do Orçamento, e João Ribeiro, Relator Setorial do Orçamento, quando se tratou da proposta de orçamento da Justiça do Trabalho. Consignou Sua Excelência o empenho do TST em que esta Especializada, historicamente pouco aquinhoadas, seja condignamente instalada em todas as regiões do País. O Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente fez referência às verbas aprovadas para a TV Justiça e para a implantação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, bem como aos contatos realizados com o Governo do Distrito Federal para tratar de questões relacionados à urbanização da área adjacente ao terreno da nova sede do TST. Noticiou Sua Excelência a reforma no edifício sede, a aquisição de computadores para os gabinetes dos senhores Ministros e Juizes convocados, de equipamentos de raio-x para instalação nas portarias e aquisição de microônibus para transporte de processos, a terceirização dos serviços de telefonia, de reprografia e manutenção do prédio. Na seqüência, o Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente convidou os senhores Ministros para reunião no Gabinete da Presidência, nesta data, para discutir questões relativas à Reforma do Judiciário. Adiantou Sua Excelência que, em relação ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho, a comissão de trabalho constituída pelos servidores Valério Augusto Freitas do Carmo, Diretor-Geral de Coordenação Judiciária, que a preside, Mauro Barata de Alencar Osório, Assessor da Presidência, e Valéria Christina Fuxreiter Valente, Chefe de Gabinete da Vice-Presidência, constituída para oferecer subsídios à implantação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, encerrou seus estudos e apresenta aos magistrados da Corte minutas de anteprojeto de lei dispendo sobre a criação do referido Órgão, de Regimento Interno e de Resolução dispendo sobre o funcionamento do Conselho Superior da Justiça do Trabalho até que seja promulgada a lei de que trata o artigo 111-A, parágrafo 2º, inciso II, da Constituição da República. Concluída a apreciação das matérias constantes da pauta, o Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente concedeu a palavra à Excelentíssima Doutora Sandra Lia Simón, Procuradora-Geral do Trabalho, que, em nome do Ministério Público do Trabalho, parabenizou o novo membro desta Corte, Aloysio Corrêa da Veiga, saudou os senhores Ministros e afirmou ter a certeza de que os laços, já estreitos, existentes entre a Procuradoria-Geral do Trabalho e o Tribunal Superior do Trabalho, a Justiça do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho serão ainda mais estreitados, mais aproximados, em especial neste momento importante de reafirmação e concretização da ampliação da competência da Justiça do Trabalho e, por conseqüência, ampliação também das atribuições do Ministério Público do Trabalho. Em nome dos advogados que militam na Corte, o doutor Nilton Correia aderiu à manifestação do Excelentíssimo Senhor

Ministro Gelson de Azevedo de boas-vindas ao Excelentíssimo Senhor Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, augurando a todos um ano judiciário profícuo. Reportou-se à nova competência da Justiça do Trabalho, à instalação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Conselho Nacional de Justiça. Por fim, manifestou o desejo de que o Direito do Trabalho seja realmente dirigido à comunidade nacional. Às treze horas e trinta e cinco minutos, Sua Excelência encerrou a sessão. Para constar, eu, Diretor-Geral de Coordenação Judiciária, lavrei esta ata, que é assinada pelo Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente, Vantuil Abdala, e por mim subscrita. Brasília, ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e cinco.

VANTUIL ABDALA
Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

VALÉRIO AUGUSTO FREITAS DO CARMO
Diretor-Geral de Coordenação Judiciária